



CONGRESSO NACIONAL

MPV 621

00294

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 15.07.2013	proposição Medida Provisória nº 621, de 2013			
Autor Senador ALVARO DIAS (PSDB-PR)		nº do prontuário		
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013:

“Art. 9º

§ 1º

III – possuir conhecimentos de língua portuguesa, comprovados com a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O conhecimento de língua portuguesa é fundamental para o exercício da medicina, seja para a comunicação oral com os pacientes e membros da equipe de saúde, seja para o preenchimento de receituários e outros documentos pertinentes às atividades clínicas.

Nesse sentido a MPV prevê exigência de que o médico intercambista possua “conhecimentos de língua portuguesa”. No entanto, considero fundamental que o texto legal indique o nível de conhecimento necessário para o exercício da profissão, visto que um conhecimento apenas rudimentar do idioma seria insuficiente para a prática médica.

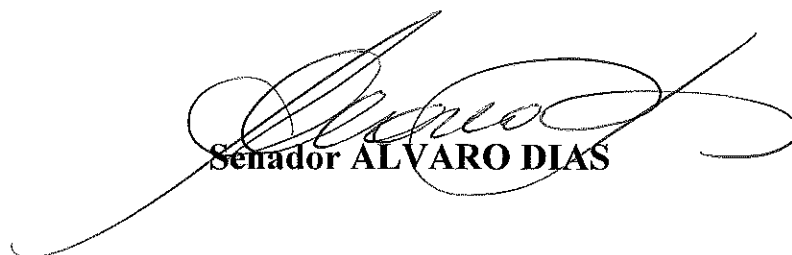
O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o único documento brasileiro de proficiência em português reconhecido oficialmente e é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação, bem como para validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 15/07/2012 às 15:31
Clarissa Hayashi, Mat. 221391

trabalhar no país.

O acolhimento da presente emenda conferirá maior segurança aos pacientes atendidos pelo médico intercambista, garantindo que ele detenha conhecimentos suficientes do idioma para exercer a medicina de modo seguro.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2013.



Senador ALVARO DIAS